

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## REQUERIMENTO Nº DE 2017 (Do Sr. Deputado Jorge Solla)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a revisão da Política Nacional da Atenção Básica proposta pelo Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 117, VIII e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o plenário desta Comissão, que seja aprovada e realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão com vistas a promover o debate sobre a reformulação da Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, proposta pelo Ministério da Saúde.

Para a Audiência, sugerimos os seguintes convidados:

- Sr. Ricardo Barros – Ministro da Saúde;
- Sra. Liu Leal – Representante do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde;
- Sr. Ronald Ferreira dos Santos - Presidente do Conselho Nacional de Saúde;
- Sr. Gastão Wagner – Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco.

### Justificação

O Ministério da Saúde, em 27 de julho de 2017, propôs a reformulação da Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, aprovada em 2011. De acordo com o MS, *“o objetivo da revisão é afirmar os fundamentos e diretrizes estratégicas para a Política Nacional de Atenção Básica, reforçando a Saúde da Família como estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica”*. A reformulação ficou em consulta pública durante 10 dias, até 06 de agosto de 2017, e as contribuições daí advindas foram encaminhadas à Comissão Intergestores Tripartite em seguida.

Verifica-se que o documento da nova PNAB divulgado após a reunião da Comissão Intergestores Tripartite – CIT apresenta alterações significativas referentes à organização e financiamento da Atenção Básica. Institui financiamento específico para quaisquer outros modelos na atenção básica, abrindo a possibilidade de financiar com o Piso de Atenção Básica Variável equipes tradicionais de Atenção Básica. Afeta também o papel dos Agentes Comunitários de Saúde, reduzindo seu número e restringindo sua atuação em áreas reconhecidas como vulneráveis e com risco epidemiológico. Além disso, incorpora a ideia de ações e serviços essenciais e estratégicos da Atenção Básica, o que afeta diretamente o princípio da integralidade no SUS.

Por todo o exposto e, considerando que as alterações propostas na Política de Atenção Básica afetarão os caminhos da Atenção Primária no país com consequências diretas para os gestores, profissionais e usuários do SUS, considero ser de suma importância a realização da Audiência Pública proposta.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2017.

**JORGE SOLLÁ**  
Deputado Federal (PT-BA)